

# Educação museal no Brasil pré-seminário de 1958: a atuação precursora do Museu Nacional

Andréa Fernandes Costa\*  
Guaracira Gouvêa\*\*

Recebido em: 05/08/2019  
Aprovado em: 06/03/2020

---

\* Doutoranda em Educação no PPGEdu/UNIRIO, educadora museal na Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional/UFRJ e professora do Departamento de Estudos e Processos Museológicos e da Escola de Museologia da UNIRIO. Email: [andrea@mn.ufrj.br](mailto:andrea@mn.ufrj.br).

\*\* Doutora em Educação Gestão e Difusão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), com pós-doutorado em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona (2006), é professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição e pesquisadora credenciada-docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: [guaracirag@uol.com.br](mailto:guaracirag@uol.com.br).

**Resumo**

O presente artigo tem como objetivo apresentar tanto a produção intelectual, quanto ações referentes à Educação Museal desenvolvidas no Museu Nacional nas décadas que antecederam o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus (1958). Realizamos um estudo de natureza bibliográfico-documental, tendo como fontes para a pesquisa regimentos e relatórios institucionais do Museu Nacional, artigos de periódicos especializados e de comunicação de massa; bem como outras publicações de autoria de educadores e cientistas vinculados à instituição. Por meio da análise da referida documentação, foi possível verificar o caráter desenvolvido da Educação Museal no Museu Nacional já na primeira metade do século XX, bem como a atuação precursora empreendida pelo mesmo nessa área em nosso país.

**Palavras-chave**

Museu Nacional; educação museal; Seção de Assistência ao Ensino

**Abstract**

This article aims to present both an intellectual production and actions related to Museum Education developed at the National Museum in the decades leading up to the UNESCO Regional Seminar on the Educational Function of Museums (1958). We conducted a bibliographic and documentary study, having as sources for research regiments and institutional reports from the National Museum, articles from specialized periodicals and mass communication; as well as other publications authored by educators and scientists linked to the institution. Through the analysis of the referred documentation, it was possible to verify the developed character of Museum Education in the National Museum in the first half of the 20th century, as well as its pioneering role in the area in our country.

**Keywords**

Museu Nacional; museum education; Seção de Assistência ao Ensino

## **Educação museal no Brasil pré-seminário de 1958: a atuação precursora do Museu Nacional**

### **Apresentação**

**N**o ano de 1927, trinta e um anos antes da realização, no Rio de Janeiro, do Seminário Regional da UNESCO (1958), que teve como tema a função educativa dos museus, foi criado o primeiro setor educativo de um museu brasileiro, no Museu Nacional (MN). A 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural representa um marco da institucionalização da educação museal no país.

As investigações acerca da trajetória do MN revelam, tanto nas décadas que antecederam quanto nas que sucederam à criação de seu setor educativo, uma série de iniciativas desenvolvidas pela instituição com destacada preocupação com a educação.

Por meio de um estudo de natureza bibliográfico-documental, tendo como fontes para a pesquisa regimentos e relatórios institucionais do Museu Nacional, artigos de periódicos especializados e de comunicação de massa, assim como publicações dos educadores e de outros profissionais do MN, buscou-se investigar a produção intelectual, e ações de educação museal que tiveram lugar no Museu Nacional nas décadas que antecederam a realização daquele seminário.

No presente artigo abordamos a trajetória do Museu Nacional no campo educacional desde o século XIX até o ano de 1958. É dada ênfase à institucionalização e ao desenvolvimento da função educativa no Museu Nacional, por meio da análise das contribuições específicas de educadores e de outros profissionais que atuaram diretamente nesse processo ou que influenciaram o mesmo.

### **O Museu Nacional e a educação no século XIX**

Ainda no período imperial, o Museu Nacional empreendeu ações que visavam a apoiar o ensino das Ciências Naturais no Brasil. São exemplos o uso que as instituições de ensino faziam do Laboratório Químico do MN, criado em 1824, bem como as doações de material mineralógico, zoológico e botânico feitas pelo museu às escolas. Esta iniciativa, que tinha claramente uma finalidade didática, visava apoiar aulas

demonstrativas em instituições educacionais e eram empreendidas mesmo não constando entre as atribuições institucionais previstas nos regulamentos e estatutos do museu.<sup>1</sup>

No bojo de reformas políticas e sociais ocorridas a partir da década de 1870, surgem as conferências populares, das quais são parte integrante os cursos públicos do Museu Nacional, marco da atuação da instituição em processos vinculados à instrução popular e à divulgação científica.<sup>2</sup>

O Regulamento do Museu Nacional de 1842 previa a realização de curso anual relativo às secções do museu,<sup>3</sup> contudo foi somente em 1876 que a instituição criou os cursos públicos – a partir de uma exigência do governo e diante de um novo regulamento,<sup>4</sup> que estipulava a promoção do ensino científico por meio de cursos públicos e gratuitos, compostos por palestras realizadas pelos diretores e subdiretores das seções do museu. As aulas ocorreriam no próprio museu, em horário noturno, entre os meses de março e outubro.

Ladislau Netto afirmou que os cursos empregavam as formas que mais se ajustavam ao ensino popular, por sempre se referirem “às ideias mais modernas e às teorias mais transcendentas”.<sup>5</sup> Ainda segundo este, teria se firmado “geral conceito de que nenhum outro ensinamento popular havia antes obtido melhores resultados, nem mostrado mais auspiciosa e eficiente iniciação”.<sup>6</sup> Já Lacerda afirmou que era uma “lição suculenta e proveitosa”, acompanhada de desenhos, amostras de objetos e estampas murais, em que os “assuntos eram tratados sob uma forma sintética de sorte a dar o preletor aos seus ouvintes uma resenha de fatos e conclusões fáceis de reter e de assimilar”.<sup>7</sup>

Participavam “centenas de pessoas de todas as camadas da sociedade” e estas compartilhavam o auditório do museu com representantes das mais altas classes sociais e com as maiores autoridades da nação, o imperador Pedro II, a princesa Isabel e seu esposo.<sup>8</sup> Contudo, em 1905, Lacerda ao se referir ao público dos cursos, composto por “uma sociedade distinta e escolhida”, constituído por “professores, deputados, senadores, altos funcionários públicos e damas da sociedade”, parece ter sido menos idealista em relação ao seu caráter popular.

Ainda no ano de criação dos cursos públicos, o diretor do MN solicitou ao ministério que o intervalo de uma semana entre as aulas fosse ampliado. Aos poucos, alegando falta de tempo e dificuldade para conciliar as exigências impostas pela pesquisa

para tal atividade, os pesquisadores a abandonaram. No regulamento de 1888, a iniciativa acaba por ser oficialmente extinta e é substituída por conferências extraordinárias.

Com a Proclamação da República, o Museu Nacional ganha outro regimento, contendo um capítulo dedicado às conferências públicas. Estas versariam sobre as especialidades do museu e ocorreriam sempre que parecesse interessante à instituição. Meses depois, contudo, um decreto substitui o referido capítulo, marcando uma mudança significativa de orientação, ao definir que deveriam ser promovidos “cursos públicos noturnos de ensino concreto e de modo quanto possível popular”.

A partir da Reforma Benjamin Constant (1890),<sup>9</sup> o MN passa a atuar como membro do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Nesse contexto, passa a colaborar com a implantação de um novo currículo que incluía o ensino da História Natural, entre outras disciplinas científicas, por meio do método intuitivo, pautado na crítica ao ensino livresco e abstrato, em favor de um ensino mais prático, concreto e científico.<sup>10</sup>

A reforma educacional previa que cada escola primária tivesse um museu escolar formado por coleções de mineralogia, botânica e zoologia, bem como por instrumentos e outros recursos voltados ao ensino concreto. Em total consonância com a política educacional, o regimento do museu à época instituía que suas seções proovessem as escolas primárias e secundárias da capital com o material que elas precisassem para a instrução concreta e demonstrativa. Assim, o Museu Nacional encerra sua trajetória no século XIX não só afinado, mas bastante envolvido com as políticas educacionais vigentes.

### **Virada de século: novas exposições, guias impressos, quadros murais e a ampliação do caráter educativo do museu**

Os documentos que definiam o funcionamento do Museu Nacional no início do século XX dão conta da ampliação de seu caráter público e de sua dimensão educativa. Os regulamentos de 1911 e de 1916 instituem que o compromisso do MN não deveria ser só com a pesquisa da História Natural, mas também com o seu ensino, divulgação e desenvolvimento de exposições voltadas ao público e acompanhadas das indicações necessárias.<sup>11</sup>

Em 1914, o MN inaugura novas exposições que visavam ampliar sua visitação.<sup>12</sup> No bojo desse empreendimento, a instituição produziu guias de coleções que, de acordo

com o Regimento de 1911, deviam conter ilustrações e ser redigidos de modo a alcançar a todos, visando orientar e facilitar as visitas.

Em 1916, o regulamento do museu ganha um capítulo dedicado ao ensino. O mesmo definia que o ensino ministrado pela instituição deveria ser realizado por meio de suas coleções organizadas cientificamente, de conferências públicas e também de cursos de especialização e aperfeiçoamento, de caráter essencialmente prático, realizados nos diferentes laboratórios.

Com vistas a atender às diretrizes da política educacional vigente, a partir de 1919, diferentes seções do MN passam a produzir quadros murais que são enviados a muitos estabelecimentos de ensino,<sup>13</sup> e cuja distribuição é descrita como uma alternativa à diminuição da distribuição de coleções, com o objetivo de dar continuidade ao alcance do ensino das Ciências Naturais promovido pelo MN.<sup>14</sup>

### **Edgard Roquette-Pinto: a institucionalização da educação no museu**

Edgard Roquette-Pinto (1884-1954)<sup>15</sup> exerceu o cargo de diretor do Museu Nacional entre os anos de 1926 e 1935, e foi durante a sua gestão que a função educativa do museu se institucionalizou e se fortaleceu.

Anos antes de assumir a direção, Roquette-Pinto atuara em iniciativas de divulgação da História Natural promovidas pelo MN, como a reforma das exposições (1910-1914), a elaboração de um dos guias das coleções e a organização de mapas murais. Já em 1918,<sup>16</sup> afirmou que “um museu (...) deve ser, antes de tudo, casa de ensino, casa de educação”, “escola que ensina a todos, escola que ensina tudo” e, conforme a divisa do Museu Americano de História Natural de Nova Iorque, voltado “para o povo, para a educação, para a ciência”.

Estando à frente da direção do MN, cria, em 1927, o primeiro setor educativo de um museu brasileiro, marco da institucionalização da educação museal no país. Essa iniciativa decorre da transição de uma dimensão educativa, pautada em uma aura educacional inerente à origem do próprio museu, para o reconhecimento de sua função educativa, marcada pela compreensão da existência de uma função sistemática e comprometida com objetivos educacionais explícitos. A educação passa, então, a ser compreendida como uma função necessária na estrutura da instituição.<sup>17</sup>

O denominado 5º Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE) integraria o amplo projeto de reestruturação institucional promovido por Roquette-Pinto sob influência do museu de Nova Iorque<sup>18</sup>, no qual esteve pessoalmente em 1925,<sup>19</sup> ano em que o museu estadunidense deu início à construção de seu School Service Building.<sup>20</sup>

A criação do SAE se deu diante do contexto da repercussão da multiplicação e reorganização dos museus em âmbito internacional,<sup>21</sup> mas também em meio aos debates que marcaram os anos de 1920, e que tinham como um de seus principais focos os problemas da educação no país. O SAE surge no mesmo ano em que se inicia a reforma educacional no Rio de Janeiro, promovida por Fernando de Azevedo (1927-1930), uma das várias empreendidas no país, com o intuito de institucionalizar novos modelos de ensino pautados em ideias pedagógicas modernas. Essa reforma implementou uma “nova proposta de constituição de museus escolares”, prescrevendo que cada escola tivesse seu museu próprio, com instalações apropriadas e funcionários designados para sua guarda, e que cada sala se constituísse em um museu dinâmico – os museus de sala.<sup>22</sup>

No mesmo ano, Roquette-Pinto publicou “História Natural dos pequeninos”<sup>23</sup>, no qual cita o aspecto vantajoso da visita comentada ao museu, para logo em seguida lamentar o “desandar de algumas escolas pelas galerias do museu. Que tristeza! Todo mundo vai andando vai olhando, vai passando...como um fio d’água passa numa lâmina de vidro engordurada”. Como solução para o cenário observado, o autor afirma que os estudantes devem não só ser preparados para a visita, como também acompanhadas pelo professor, juntamente com papel e lápis. Sobre essa passagem, Aranha Filho<sup>24</sup> conclui que para o Roquette-Pinto o problema consistiria em uma falha de *mediação* entre os objetos e o olhar dos visitantes e que, para ele, caberia ao museu conceber instrumentos para treinar os visitantes a desfrutar das exposições.

O texto é marcado pelos ideais escolanovistas, cuja pedagogia defendia um novo método de ensino – mais prático, concreto e científico – bem como a atuação do educando como agente de sua formação. A nova concepção educacional criticava o ensino abstrato e livresco, o que observamos no texto de Roquette-Pinto quando este afirma “que figura de livro vale a visão dos dentes num espelho, para que os pequenos distingam incisivos, caninos e molares”. Ainda segundo ele, “só a vida (...) é capaz de dar a cada qual uma educação realmente científica; ao livro cabe a educação literária e o aperfeiçoamento da primeira”. Em total acordo com o novo ideário, Roquette-Pinto advoga a favor da observação arguta e da experimentação cuidadosa, ao afirmar que “o saber que se adquire

no contato direto com a natureza tem um valor inestimável. (...) no desdobrar da atividade prática é diferente: sem ver, não se fica conhecendo bem o mundo”.

A Escola Nova valorizava o uso de recursos visuais, como o cinema e os diapositivos. Interessante notar que a instalação do SAE se deu de maneira conjunta à inauguração de um novo salão de conferências,<sup>25</sup> no qual eram realizadas ações voltadas ao público escolar, envolvendo projeções fixas e cinematográficas. Para Roquette-Pinto, criador da filmoteca no Museu Nacional (1910), um museu moderno obrigatoriamente teria um cinema, ao passo que “à exposição fixa deve seguir-se sempre a exposição animada. O cinema, aqui, completa o ensino”.<sup>26</sup> O MN contava com mais de 150 películas, sendo considerada a melhor filmoteca educativa da América do Sul.<sup>27</sup>

Outra importante iniciativa empreendida pela gestão Roquette-Pinto foi a *Revista Nacional de Educação*, publicada pelo Museu Nacional entre os anos de 1932 a 1934. Distribuída gratuitamente a professores, escolas, prefeituras e associações culturais e de classe situadas todo o território nacional, tinha como intuito divulgar a arte e a ciência para o público mais amplo possível. A iniciativa estava “sintonizada ao ideal de um Estado cuja ação pedagógica constituísse um povo e uma nação” e se deu no bojo do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública de uma república que se pretendia renovada.<sup>28</sup> Em meio aos artigos publicados ao longo de dois anos de existência, verificamos alguns cujos temas estavam afinados com o trabalho do SAE.

Edgard Roquette-Pinto foi o primeiro chefe do SAE (1927-1935), cargo que acumulou com o de diretor do MN. Continuou apoiando o setor, demonstrando coerência com seus propósitos de popularização da ciência.

### **Paulo Roquette-Pinto: museus escolares e um plano de assistência ao ensino**

No ano de 1935, Paulo Roquette-Pinto, que atuava no MN desde 1932 e era um dos assistentes do SAE, assumiu a chefia do setor, cargo que ocuparia até 1941. Entre os anos de 1927 e 1940, o SAE realizou 1.278 aulas, cursos e conferências, bem como preparou e determinou 7.905 itens para as coleções escolares. A procura das escolas e frequência das escolas caiu entre 1937 e 1940, fazendo com que as ações se voltassem especialmente para o incentivo aos museus escolares. Apesar da exorbitante demanda e do número reduzido de profissionais, essa atividade passa a ser uma tarefa exclusiva do

SAE, pois as demais seções interromperam a preparação de coleções didáticas com a criação do setor educativo.<sup>29</sup>

Aulas acerca das técnicas de preparo e desenvolvimento de museus escolares e sobre métodos de coleções eram ministradas por profissionais do SAE, incluindo Paulo Roquette-Pinto. Este reuniu os materiais dos cursos que oferecia e dos manuais de técnicas de História Natural para não especialistas e lançou, em 1938, o livro *História Natural: assistência ao ensino*.<sup>30</sup>

O autor esclarece que usou como base para a elaboração do livro a prática adquirida nos laboratórios do SAE, as aulas oferecidas a professoras do Distrito Federal no Curso de Museu realizado em 1934, e os assuntos de História Natural ensinados aos praticantes e outros interessados que acionavam o setor educativo do MN. O livro está dividido em três partes, a primeira trata dos métodos de ensino da História Natural, a segunda versa sobre seu principal foco – a organização do museu escolar ou método de coleções de ensino – e a terceira é composta por apêndices, que tratam da montagem de esqueletos, fotografia, parque escolar ou biológico e de um plano de assistência ao ensino. É sobre esse último que teceremos alguns comentários.

No plano de assistência ao ensino, Paulo identifica a existência de quatro órgãos – um de pesquisa e três órgãos de divulgação. O mesmo apresenta atribuições específicas às instituições envolvidas no processo de divulgação e propõe uma articulação entre elas, com vistas a coordenar as diversas atividades dos centros culturais existentes e ampliar a eficiência da divulgação no país.

Segundo Paulo, em uma das pontas estaria um órgão de pesquisa, como o Museu Nacional, formado por especialistas com funções autônomas. Este se conectaria ao órgão de divulgação 1 (OD1) e à sua equipe de técnicos educadores, que atuaria como polo de orientação técnica e coordenação educativa, elemento intermediário entre os expertos e o povo. O SAE é utilizado como exemplo de OD1. Este, por sua vez, se conectaria ao órgão de divulgação 2 (OD2) que, orientado e amparado pelo OD1, em sua sede municipal ou estadual e com uma equipe formada de educadores especialistas, funcionaria como elemento coordenador das atividades escolares. Para tanto, se articularia com a escola, órgão de divulgação 3 (OD3), que formada por educadores sem especialidade, é entendida como elemento divulgador local que tem contato direto com o aluno. Assim, existem órgãos de divulgação que atuam no campo da educação, mas com funções diferentes e que, para isso, contam com educadores com formações específicas.

No contexto específico da divulgação da História Natural, Paulo Roquette-Pinto aborda a necessidade do OD1 contar com um laboratório e uma equipe capacitada para desenvolver um curso anual permanente voltado para o OD2. Este, por sua vez, deveria contar com uma coleção ou um museu escolar com base no qual realizaria uma exposição com a “cenografia certa” para apresentar os principais tipos de seres e coisas do Brasil, de maneira uniforme em todo o país. Deveria contar, também, com sala de cursos com projetor, filmoteca, biblioteca, parque biológico, laboratório para curadoria das coleções, dentre outros. Pensando na interiorização e na ampliação do alcance das ações, propõe que sejam criados museus e bibliotecas circulantes.

Considerando que a maior parte das escolas não contava com espaço para um museu escolar, defende que todas elas devem contar com uma coleção de estudo a ser renovada a cada ano, ao passo que esta devia ser formada pelos alunos, por meio do método das excursões, durante as quais coletam itens encontrados nos arredores de onde vivem. Assim, ainda que existisse uma política de fomento à criação de museus escolares, da qual o MN era peça-chave, o autor já registrava em seu livro alguns limites relacionados à mesma e apresentava alternativas a ela.

### **Bertha Lutz: a função educativa do museu e a experiência estadunidense**

Bertha Lutz (1894-1976)<sup>31</sup> ingressou no Museu Nacional em 1919 e, ao longo de sua trajetória, se tornou especialista em museus e em sua função educativa. Uma parte importante de sua formação nesse campo se deu por meio de visitas técnicas realizadas a museus estadunidenses.

“The National Museum of Brazil”,<sup>32</sup> artigo publicado por ocasião da participação de Lutz na 70ª Reunião Anual da Associação Americana de Museus, realizada em Buffalo (Nova Iorque), contribui para que possamos melhor compreender o trabalho educativo que vinha sendo desenvolvido no Museu Nacional nos anos de 1920.

No referido artigo, a autora aborda aspectos históricos do Museu Nacional e cita os departamentos do museu juntamente com uma brevíssima descrição dos estudos por eles realizados. Contudo uma atenção muito maior é dada por ela à educação, trabalho que segundo a mesma vinha “sendo desenvolvido ao máximo”.

Lutz destaca o estreitamento da relação do Museu Nacional com as escolas, tanto por meio do estímulo de visitas à instituição, quanto pela distribuição de coleções às

mesmas. Afirma que era uma preocupação do museu se relacionar “com todo tipo de instrução”, não só as escolas primárias, mas também com os demais níveis de ensino. Sobre a doação de material às escolas, a autora destaca a elaboração de quadros murais acerca da fauna brasileira, ressaltando que até o início da produção desse tipo de material pelo Museu Nacional, as escolas somente contavam com aqueles produzidos em Paris, fazendo com que os estudantes aprendessem “sobre os animais europeus – lobos, raposas e outros que eles nunca verão”.

Bertha Lutz afirmou ser a educação uma preocupação do diretor do museu à época que, segundo ela, “tentou atrair todos os professores da cidade do Rio de Janeiro” e teve como uma de suas primeiras iniciativas ao ocupar o cargo, a de “convidar todos os professores das escolas do Brasil para trazer todas as crianças” para o museu. Além de usarem as exposições e os jardins, professores e estudantes podiam assistir às palestras sobre História Natural no auditório da instituição, espaço que, segundo Lutz, era utilizado para cursos voltados para o público em geral.

Como desdobramento do trabalho realizado com as escolas, o museu passara a ficar “cheio de crianças” que “não deixaram de vir” e o frequentavam, inclusive, fora do contexto das visitas escolares. Nas palavras de Lutz, “Às quintas-feiras (quando não há escola no Brasil), temos dezenas delas subindo e descendo as escadas do museu e sendo muito felizes (...)”. De acordo com a mesma, o Museu Nacional contava com um grande número de visitantes, alcançando uma média de 3.500 a 5 mil pessoas aos domingos. Com vistas a expressar o quão significativa era aquela visita, a mesma afirma: “A população do Rio é de um milhão e meio e, em média, uma em cada dez pessoas vem ao museu pelo menos uma vez por ano”. O Museu Nacional, pelos olhos de Bertha Lutz, já seria naquele momento uma instituição bastante aberta e amplamente frequentada.

A participação no evento, além de possibilitar a apresentação do Museu Nacional aos colegas estrangeiros, permitiu que Bertha Lutz visitasse alguns museus de História Natural e suas principais observações acerca das visitas foram apresentadas no Relatório do Museu Nacional de 1922.<sup>33</sup> A cientista verificou o objetivo expresso das instituições estadunidenses em alcançar a todos, a partir de “orientação verdadeiramente democrática”, sendo os museus entendidos como instrumento de cultura popular mantido para e pelo público, e a ele destinado. A cientista assinalou o elevado nível de desenvolvimento do papel didático dos museus visitados, bem como a relação estreita dos mesmos com as escolas. Nesse aspecto, teria observado semelhanças daqueles com o

Museu Nacional, que também contaria com “um belo serviço de divulgação”, só que este mais voltado para os secundaristas, enquanto os museus estadunidenses tinham como público prioritário o ensino primário.

Bertha Lutz esteve no Museu de Ciências de Buffalo e o compreendeu como um protótipo do que seria dali por diante a organização dos museus. Acerca do Museu de Milwaukee, destacou a inclusão de visitas ao mesmo como parte obrigatória do programa escolar e, sobre o Museu Americano de História Natural de Nova York, registrou o empréstimo de coleções que o mesmo fazia para as escolas.

Uma década mais tarde, Lutz realizaria outra viagem aquele país, visitando 58 museus com foco nos seus setores educativos. Em 1933, apresentou ao diretor do MN, Roquette-Pinto, um relatório das visitas técnicas realizadas,<sup>34</sup> que deve ser encarado como importante documento para a história da educação museal. Neste, Lutz versa sobre material didático, democratização cultural, visitas escolares, ações extramuros, atividades voltadas para pessoas com deficiência e para crianças pequenas, estudos de público, além de questões de gênero, arquitetura de museus, propaganda e divulgação, dentre outros.

A partir do que observou nos museus visitados na América do Norte, Lutz estabelece vários paralelos entre os mesmos e o Museu Nacional, apresentando propostas para este último. Preocupada com as dificuldades de acesso de grande parte da população ao MN e, considerando sua missão educativa, propôs não só uma nova sede para a instituição, em local mais acessível e que permitisse o funcionamento do museu em horários adequados às atividades de lazer de um público a ser cativado, incluindo o horário noturno, mas também a criação de pequenos museus ramais com exposições e folhetos que ajudariam a divulgar a instituição junto aos turistas que chegam à cidade pelo porto, por exemplo. Propõe, ainda, o que considerou “iniciativa de grande alcance para a educação popular”, a disseminação de coleções em áreas de grande circulação da cidade com o objetivo de despertar o interesse pelos museus.

A educação promovida *pelo* museu aparece no texto de Bertha Lutz em caráter ampliado e é resultado de um significativo conhecimento de estudos e práticas relativas à função educativa das instituições museais naquele período.

## **Heloísa Alberto Torres e a Seção de Extensão Cultural**

Em 1941, sob a gestão de Heloísa Alberto Torres (1895-1977)<sup>35</sup>, o Museu Nacional foi fechado para obras e ganhou um novo regimento. Por meio deste é criada a Seção de Extensão Cultural (SEC), que incorpora a 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural, que se torna um dos três serviços específicos e interdependentes da nova seção, juntamente com os serviços de publicação e de exposição. Dentre as competências do órgão recém criado incluía-se: providenciar a divulgação das atividades do MN; organizar e distribuir suas publicações, assim como as exposições e os respectivos guias, com os elementos fornecidos pelos órgãos competentes; orientar o público em visita às exposições, em dias e horas previamente anunciados; prestar informações às pessoas interessadas em ciências naturais e antropológicas; fornecer material e outros elementos necessários aos cursos e conferências que se realizarem no MN ou de iniciativa da instituição; realizar pesquisas sobre métodos de ensino de ciências naturais e antropológicas e elaborar monografias relativas ao ensino das ciências naturais e antropológicas.

Interessante notar que o novo regimento transferiu para os educadores da SEC a responsabilidade pela organização das exposições, atribuição que antes era de profissionais de outras seções do museu. Por um lado, se reconhecia a importância de envolver os educadores nesse processo e contemplar os objetivos educacionais no desenvolvimento das exposições; por outro, se procurava poupar o tempo dos naturalistas e não prejudicar suas pesquisas.<sup>36</sup>

A análise do documento evidencia a diversidade de ações que deveriam ser implementadas pelos educadores, além das múltiplas mídias previstas para serem utilizadas com vistas à promoção da educação e da divulgação da ciência no MN na primeira metade do século XX. Deve-se destacar, também, a compreensão de que a seção deveria promover estudos acerca do seu próprio campo de atuação. Tais aspectos denotam algumas transformações acerca da compreensão da função educativa do museu.

## **Edgard Sússekind de Mendonça: educação em caráter ampliado**

Para chefiar a SEC, Heloísa Alberto Torres solicitou a transferência do técnico de educação do Ministério da Agricultura, Edgard Sússekind de Mendonça para o museu.<sup>37</sup>

Para tanto, fez-se necessário que Mendonça elaborasse uma monografia, que recebeu o título “A Extensão Cultural nos Museus”. Nesta,<sup>38</sup> Mendonça lança mão de uma concepção ampliada de educação, entendendo que a mesma não está restrita ao universo escolar. O autor se contrapõe tanto à ideia de que a educação promovida por museus e outras instituições denominadas de extensão cultural têm caráter supletivo, quanto àquela de que as mesmas teriam como público essencialmente os adultos. Mendonça, ao contrário, defende que as instituições de extensão cultural deveriam abarcar a todos. Em uma passagem sobre a relação museu-escola, o autor afirma que o museu deveria ser “considerado sócio solidário na tarefa educativa e não apenas sócio benfeitor (...)”. A ideia do museu não como complemento (ou suplemento) da educação escolar, mas como espaço de educação com suas especificidades teria começado a ganhar força com a SEC.<sup>39</sup>

### **Paschoal Lemme e a *Revista do Museu Nacional***

Paschoal Lemme<sup>40</sup> é convidado a assumir a chefia da SEC em 1942, haja visto que Mendonça acabou por não integrar o quadro do museu. Técnico do Instituto Nacional de Pedagogia (INEP), Lemme liderou a SEC de 1942 até a conclusão dos trabalhos de renovação das exposições de Antropologia em maio de 1947.

O educador criticava a ideia de que a escola seria a única alternativa educacional e defendia a urgência de se criar uma organização assistemática paralela à educação sistematizada (escolar), contemplando as mais diferentes situações e demandas pessoais, iniciando com escolas primárias para adultos e finalizando com as extensões universitárias.<sup>41</sup> Ao contrário do que se observa em Mendonça (1946), a definição de extensão cultural adotada por Lemme estava relacionada à educação supletiva, à educação de adultos e à supressão de possíveis deficiências do ensino que ele chamava de sistemático. Ainda que questionasse a capacidade do mesmo em atender aos ideais escolanovistas – de um ensino adequado aos interesses e condições pessoais –, para Lemme, é a escola que ocupa lugar central para pensar a organização da educação em outros espaços, incluindo o museu.<sup>42</sup>

Durante a maior parte de sua gestão, o Museu Nacional esteve fechado ao público, e foi nela que se editou a *Revista do Museu Nacional*. Organizada pela SEC entre os anos de 1944 e 1945, a publicação contava com uma tiragem de 10 mil exemplares e foi

distribuída em todo o território nacional junto a estabelecimentos de ensino secundário, grupos escolares, instituições e professores.

A revista visava “estabelecer a necessária continuidade que perpetue e amplie uma obra que é hoje considerada como uma das funções precípua dos museus modernos: concorrer para o levantamento cultural do povo a que deve servir”. Deixa clara, assim, a total vinculação da SEC com o trabalho iniciado pelo SAE nos anos anteriores, ao passo que a primeira é apresentada como sucessora da obra esplêndida de Roquette-Pinto, que teria se destacado pela “preocupação de levar o Museu Nacional a servir a um círculo de interessados que até então nunca merecera cuidado”.<sup>43</sup>

Com a saída de Paschoal Lemme, em 1947, a seção passa a ser comandada por Victor Stawiarski,<sup>44</sup> técnico de educação transferido para o Museu Nacional no ano de 1943.

### **Victor Stawiarski: educação sexual e formação de monitores**

O educador Victor Stawiarski foi o único representante do Brasil no Seminário Internacional da Unesco sobre a Função Educativa do Museu, realizado na cidade de Atenas em 1954. Esse evento integrou um conjunto de seminários acerca da função educativa dos museus organizados pela UNESCO nos anos de 1950, ocorrendo após o de Nova York (1952) e antes do Seminário Regional da Unesco que teve lugar no Rio de Janeiro em 1958. Em Atenas, Stawiarski defendera a tese de que o museu era espaço privilegiado de formação de professores, ao passo que nesta instituição os estudantes das faculdades de Filosofia, por meio de estágios, encontrariam o campo de treinamento prático acerca daquilo que aprendiam de maneira teórica nos bancos universitários.<sup>45</sup>

Um tema abordado por Stawiarski junto à imprensa foi a “utilidade da formação de monitores”. Tendo como base a ideia de que o brasileiro não sabia ver exposições devido tanto à falta de interesse pelas mesmas, quanto por deficiência do sistema educativo, o educador defendia a relevância da formação de monitores para orientar visitas coletivas a museus.<sup>46</sup> Nesse sentido, Stawiarski informava nos anos de 1950 que já havia formado equipes de monitores voluntários compostas por estudantes que realizaram estágio no Museu Nacional e conclamava mais pessoas a se juntarem a ele, com vistas a “contribuir para que o museu atuasse como auxiliar na educação do povo”.

Uma das iniciativas mais marcantes de sua atuação no Museu Nacional diz respeito ao concorrido Curso de Educação Sexual iniciado em 1945. O mesmo contava com oito aulas de 2h30min e abordava aspectos anatômicos, fisiológicos, psicológicos, atividades normais e problemas sociais. O caráter amplo do curso e a diversidade de seu público, crianças acompanhadas dos pais, adolescentes na companhia de professores e adultos, faria dele um curso único em toda a América Latina.<sup>47</sup>

A ação educativa em questão atraía escolas públicas e particulares, confessionais e laicas, da cidade e de outros estados e, devido à procura, deixou de ser oferecida aos domingos para adultos. Reportagem sobre a mesma fala em uma multidão – chegando a mais de mil pessoas em um único domingo – que se dirigia ao MN em busca das aulas e denuncia o fim do curso, afirmando ainda que “os museus não podiam mais se contentar em esperar o visitante (...) devem ir ao encontro do público, ir à sua procura, atraí-lo e tornarem-se centros vivos e dinâmicos de cultura”.<sup>48</sup>

O motivo alegado para interrupção do curso seria o fato das aulas, ministradas em caráter privado, terem tomado foros de cursos oficiais, sendo prerrogativa da Universidade do Brasil autorizar e fiscalizar ações dessa natureza em suas unidades.<sup>49</sup> Stawiarski pediu afastamento da chefia, alegando sensível discordância entre o conceito fundamental de educação adotado por seus colegas do museu e o que entendia por educação nos museus.

Temos aqui o indício de visões conflitantes acerca dos processos educativos que deviam ser promovidos em espaços museais, resultantes, talvez, da visão conservadora de alguns e da não compreensão das particularidades da educação nos museus, termo que não aparece na documentação consultada anterior ao ano 1956. O curso seria retomado em 1962,<sup>50</sup> na gestão de Newton Dias dos Santos (1961-1963), apontando para a hipótese de que o motivo da suspensão do curso organizado por Stawiarski fora uma nova orientação dada por José Candido de Carvalho durante a sua gestão entre 1955 e 1961.

### **A Divisão de Educação do Museu Nacional e o seminário de 1958**

No mesmo ano em que o Rio de Janeiro sediava o Seminário Regional da UNESCO, o MN ganhava novo regimento. Neste, a Seção de Extensão Cultural (SEC) é substituída pela Divisão de Educação, que passa a ser organizada em duas seções, a de assistência ao ensino (SAE) e a de orientação de Público (SOP). A divisão teria, de acordo

com o documento, a finalidade de realizar pesquisas sobre a educação em museus, prestar assistência ao ensino, orientar o público e divulgar conhecimentos relacionados às áreas do conhecimento científico abarcadas pelo museu.<sup>51</sup> O termo educação em museus aparece aqui pela primeira vez nos regimentos do museu.

A revista *Museum*,<sup>52</sup> em seu número dedicado ao seminário de 1958, apresenta o Museu Nacional como uma referência. Destaca o fato dele possuir uma seção especial de educação, naquele momento formada por quatro professores, que oferecia tanto cursos para professores da educação primária e secundária em diferentes ramos da História Natural, quanto visitas guiadas, organizadas principalmente para grupos de estudantes. Informa a realização de 41 exposições de cinema, beneficiando principalmente alunos. Outras ações citadas pela publicação foram: o oferecimento de assistência técnica a professores em estabelecimentos de ensino; a organização de duas exposições para escolas; e o treinamento acerca do uso de novas técnicas de ensino, realizado com oito licenciandos.

A Divisão de Educação contou com um representante no seminário. Sólón Leontsinis,<sup>53</sup> que ingressou naquele ano como estagiário na divisão, foi um dos observadores do evento. Claramente influenciado pelo mesmo, em 1959 elaborou uma publicação na qual apresenta um projeto para a criação do serviço de empréstimo de material às escolas,<sup>54</sup> tema contemplado pelo Seminário.<sup>55</sup>

### **Considerações Finais**

No âmbito do Seminário Regional da UNESCO de 1958, evento que favoreceu à consolidação da educação museal no Brasil, foram abordados aspectos relacionados à função educativa dos museus, incluindo a relação com as escolas, o uso do cinema e a elaboração de revistas, dentre outros. A análise de regimentos e de relatórios institucionais do Museu Nacional, bem como de artigos de jornais e de parte da produção intelectual de alguns de seus principais educadores, evidenciam que várias ideias, bem como processos e estratégias apresentados durante o seminário de 1958 já vinham sendo implementados pelo Museu Nacional. Assim, foi possível confirmar o caráter desenvolvido da educação museal na referida instituição, já na primeira metade do século XX, sendo o setor educativo do Museu Nacional, nesse período, uma relevante e sólida expressão da referida área no Brasil.

## Notas

---

<sup>1</sup> SÁ, Magali R.; DOMINGUES, Heloisa M.B. “O Museu Nacional e o ensino de Ciências Naturais no Brasil no século XIX”. *Revista da SBHC*, nº 15. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1996.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> BRASIL. Decreto nº 123, de 03/02/1842 / IB - Império do Brasil, 1842.

<sup>4</sup> BRASIL. Regulamento a que se refere o Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876. Reorganiza o Museu Nacional.

<sup>5</sup> Ladislau Netto foi diretor do Museu Nacional entre 1874 a 1895. MUSEU NACIONAL. Relatório apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida pelo Dr. Ladislau Netto, 1976. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1877, p. 3.

<sup>6</sup> MUSEU NACIONAL, Op. cit.

<sup>7</sup> João Batista de Lacerda foi diretor do Museu Nacional entre 1895 e 1915. Publicou, em 1905, livro no qual apresenta os principais personagens da história do Museu Nacional até aquele momento. Ver LACERDA, João Batista de. *Fatos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

<sup>8</sup> LACERDA, Op. cit., p. 45.

<sup>9</sup> No contexto do novo regime político instaurado com a Proclamação da República, foi criado em 1890, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o primeiro dedicado à educação. À frente do mesmo, Benjamin Constant, o “Pai da República”, promove uma reforma do ensino destinada ao Distrito Federal, criando um regulamento para a instrução primária e secundária que viabilizou o crescimento do ensino público e o desenvolvimento das instituições culturais, tendo como princípios a liberdade, a gratuidade e a laicidade do ensino. Ver: SEKI, A.L.S.; MACHADO, M.C.G. “A disciplina de Instrução Moral e Cívica na Reforma Educacional de Benjamin Constant de 1890”. *VIII Jornada de HISTEDBR*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008.

<sup>10</sup> SILY, P. R. M. *Casa de ciência, casa de educação: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)*. Tese de doutorado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2012.

<sup>11</sup> BRASIL. Regulamento a que se refere o decreto nº 9.211, de 15 de dezembro de 1911.

<sup>12</sup> O público anual do Museu Nacional raramente passava de 30 mil visitantes na primeira década do século XX (1901-1909); já entre os anos de 1916 e 1922, após as reformas, fora sempre superior à 100 mil/ano, chegando a 162.594 pessoas em 1919. Dados referentes ao público visitante do Museu Nacional de 1091 a 1909 podem ser consultados em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/cultura>. Os demais dados podem ser encontrados nos relatórios institucionais referentes aos anos de 1919, 1920, 1921 e 1922.

<sup>13</sup> SILY, Op. cit.

<sup>14</sup> SANTOS, Rita de Cássia M. “Um antropólogo no museu: Edgar Roquette-Pinto e o exercício da antropologia no Brasil nas primeiras décadas do século XX”. *Horizontes Antropológicos*, ano 25, nº 53, jan. /abr. 2019. Porto Alegre: UFRGS, 2019, p. 283-315.

<sup>15</sup> Médico legista, professor, antropólogo, etnólogo, escritor, arqueólogo, educador e divulgador da ciência. Ingressou no Museu Nacional como professor assistente de Antropologia e Etnografia em 1905. Em 1923 fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, no âmbito da Academia Brasileira de Ciências e, em 1934, fundaria também a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, atual Rádio Roquette-Pinto. É signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e participou da criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936), do qual foi o primeiro diretor.

<sup>16</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgard. “Centenário do Museu Nacional”. *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. 22. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2019, p. 27-30.

- 
- <sup>17</sup> PEREIRA, M. R. N. *Entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional*. Dissertação de mestrado em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010.
- <sup>18</sup> GILIOLI, Renato de Sousa Porto. *Educação e cultura no rádio brasileiro: concepções de radioescola em Roquette-Pinto*. Tese de doutorado em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- <sup>19</sup> RIBAS, João Baptista C. *O Brasil é dos brasileiros: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990.
- <sup>20</sup> FIFTY-SIXTH. *Annual Report of the trustees for the year 1924*. New York: The American Museum of Natural History New York, 1925.
- <sup>21</sup> SEIBEL-MACHADO, M. I. *O papel do setor educativo nos museus: análise da literatura (1987 a 2006) e a experiência do Museu da Vida*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP/ Instituto de Geociências, 2009.
- <sup>22</sup> VIDAL, Diana G. “Escola Nova e processo educativo”. In: LOPES, Eliana M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- <sup>23</sup> ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos rolados: estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1927.
- <sup>24</sup> ARANHA FILHO, Jayme Moraes. *Guia da impermanência das exposições: uma investigação do Museu Nacional do Rio nos anos 1940*. Tese de doutorado em Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011, p. 105.
- <sup>25</sup> “O Museu Nacional tem novo salão de conferências. A instalação do Serviço de Assistência ao Ensino da História Natural”. In: *O Globo*. Rio de Janeiro, 14 out. 1927.
- <sup>26</sup> “Um cinema de filmes educativos no Museu Nacional”. In: *Cinearte*, ano 7, nº 318. Rio de Janeiro, 23 mar. 1932, p. 15.
- <sup>27</sup> Idem.
- <sup>28</sup> DUARTE, R. H. “Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a *Revista Nacional de Educação* e a divulgação científica no Brasil (1932-1934)”. *Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 11. Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, jan. /abr. 2004.
- <sup>29</sup> PEREIRA, Op. cit., p. 147.
- <sup>30</sup> ROQUETTE-PINTO, Paulo. *História Natural: assistência ao ensino*. Porto Alegre: Edições Globo, 1938.
- <sup>31</sup> Cientista, feminista e advogada. Atuou no MN entre 1919 e 1964, tendo ingressado no cargo de secretária, mas, posteriormente, passando ao de naturalista. Atuou na luta pelo voto feminino no Brasil, tendo fundado, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Foi deputada de 1936 até a implantação do Estado Novo (1937). Representou o Brasil e as causas feministas em importantes eventos internacionais. Foi a primeira mulher a integrar uma delegação diplomática brasileira, participando da Conferência de São Francisco, quando foi redigida a Carta das Nações Unidas (EUA, 1945).
- <sup>32</sup> LUTZ, Bertha. “The National Museum of Brazil”. *Museum Work*. Nova Iorque, v. V, nov. /dez. 1922.
- <sup>33</sup> Relatório apresentado ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio pelo professor Bruno Lobo, diretor do Museu Nacional, ano de 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.
- <sup>34</sup> LUTZ, B. J. M.; MIRANDA, G. G. de; SANTOS, M. J.V. da C.; ESTEVÃO, S. N. de M.; FONSECA, V. M. M. da (orgs.). *A função educativa dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

---

<sup>35</sup> Antropóloga, ingressou no Museu Nacional como estagiária de Roquette-Pinto na década de 1910. Em 1925 se tornou a primeira professora da Divisão de Antropologia e Etnografia, e, em 1931, se torna professora-chefe. Foi eleita vice-diretora do MN (1935 e 1937) e em 1938 foi nomeada por Getúlio Vargas diretora (1938-1955), se tornando a primeira mulher a ocupar o cargo. Foi a única mulher a atuar, entre 1934 e 1939, no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Membro nato do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, dirigiu o I Congresso Nacional de Museus (1956), foi presidente da Organização Nacional do ICOM (Onicom) e diretora de honra do Seminário Regional da Unesco sobre a função educativa dos museus (Rio de Janeiro, 1958).

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Sabrina. *A função educativa da Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional na gestão do Educador Paschoal Lemme (1943-1946)*. Dissertação de mestrado em Educação. São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

<sup>37</sup> Foi professor da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e de desenho da Escola Normal. Implantou com sua esposa, Arminda Álvaro Alberto, a Escola Regional de Meriti. Um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação (1924) e signatário do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932). Participou da reforma do ensino de Fernando Azevedo, diretor geral de Instrução Pública do Distrito Federal (1926-1930). Preso entre 1935 e 1937 acusado de envolvimento com o movimento comunista, perdeu a cátedra no Instituto de Educação, retornando ao magistério em 1947. Assumiu o cargo de diretor do Departamento Cultural do Ministério Educação e Cultura em 1949. Ver: ERMAKOFF, George (org.). *Dicionário biográfico ilustrado de personalidades da História do Brasil*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2012.

<sup>38</sup> MENDONÇA, Edgard Sússekind de. *A extensão cultural nos museus*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, Op. cit.

<sup>40</sup> Ingressa no magistério como professor da rede pública da capital federal em 1924 e, em 1926, na Associação Brasileira de Educação. Em 1929 passa a integrar a equipe da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e lá permanece até 1935, contribuindo para as reformas conduzidas por Fernando de Azevedo por meio a organização da primeira filмотeca escolar e da primeira cinematografia educativa do Brasil. Signatário do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Declaradamente marxista, foi preso (1936-1937). Em 1938 torna-se técnico de educação do Ministério da Educação em Saúde, integrando o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em 1947 se junta a Edgard Roquette-Pinto e Humberto Mauro na produção de filmes no Instituto Nacional de Cinema Educativo.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Op. cit.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> *Revista do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, ago. 1944, p. 2.

<sup>44</sup> Engenheiro e mestre em Biologia (Peabody College), atuou no Museu Nacional nas décadas de 1940 a 1970. Foi professor no Instituto de Educação e nos Colégios Batista e Bennett, tendo sido demitido dos dois últimos devido à sua atuação na Educação Sexual. Foi aposentado compulsoriamente no Museu Nacional, após mais de 30 anos dedicados à instituição.

<sup>45</sup> BRAVO, Luiz. “Na ante-sala do templo da História Natural”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1955.

<sup>46</sup> “Despertemos o sentido evocativo dos museus. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, ano 26, nº 10.272, 4 mai. 1956, p. 9.

<sup>47</sup> JEAN, Yvonne. “11 anos depois: fim do curso de educação sexual do museu! ”. *Última Hora*. Rio de Janeiro, ano 5, 14 dez. 1956, p. 18.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> MUSEU NACIONAL. *Relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Brasil pelo Dr. José Candido de Melo Carvalho, ano de 1956*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1956.

<sup>50</sup> “Educação sexual – uma matéria de vida”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 nov. 1972, p. 10.

<sup>51</sup> MUSEU NACIONAL. *Regimento Interno do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1958.

---

<sup>52</sup> “Le rôle des musées dans l’éducation; stage d’études régional de l’UNESCO”. *Museum*, Rio de Janeiro, v. 12, nº 4, 1959.

<sup>53</sup> Cursou Odontologia na década de 1940 e, a partir da década de 1950, dedicou-se à educação e ao magistério. Ingressou por concurso na Divisão de Educação do Museu Nacional. Do MN foi por duas vezes vice-diretor e nesse museu atuou também como professor do mestrado. Na década de 1960 foi catedrático de História Natural do Instituto de Educação, por ele dirigido entre os anos de 1965 e 1967. Foi professor no Colégio Pedro II, dirigiu a Escola Americana do Rio de Janeiro e foi um dos fundadores das universidades Gama Filho e Celso Lisboa. Se aposentou do Museu Nacional na década de 1990. Ver: CARDOSO, Athos Eichler (pesquisa e texto). *Memórias d’O Tico-Tico Juquinha, Giby e Miss Shocking - Quadrinhos brasileiros 1884-1950*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2013.

<sup>54</sup> LEONTSINIS, Solon. “Da Utilização dos mostruários de empréstimo no ensino de ciências naturais”. Rio de Janeiro: Publicações Avulsas do Museu Nacional, 1959.

<sup>55</sup> RIVIÈRE, Georges-Henri. *Stage régional d’études de l’Unesco sur le rôle éducatif des musées*. Paris: UNESCO, 1958, p. 7-30.